

## **RESOLUÇÃO Nº 285/2024-CPJ**

Altera o Regimento Interno do Colégio de Procuradores de Justiça, aprovado pela Resolução nº 037/2009-CPJ.

**O COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 416, de 22 de dezembro de 2010, especialmente em seus arts. 18, XIV, e 31, e considerando o que consta no procedimento Gedoc nº 20.14.0001.0005598/2024-06;

### **RESOLVE:**

**Art. 1º** Esta resolução altera o Regimento Interno do Colégio de Procuradores de Justiça, aprovado pela Resolução nº 037/2009-CPJ, a fim de adequá-lo às modificações promovidas na Lei Complementar nº 416, de 22 de dezembro de 2010, em relação à eleição do Corregedor-Geral do Ministério Público.

**Art. 2º** Fica alterado o Regimento Interno do Colégio de Procuradores de Justiça, que passa a vigorar com as seguintes modificações:

**“Art. 31.** A eleição do Corregedor-Geral do Ministério Público ocorrerá no mês de dezembro dos anos pares.

.....  
§ 2º Os candidatos se inscreverão junto à Secretaria do Colégio até o final do mês de novembro do ano da eleição ou, no caso de vacância, até o dia da eleição.

.....  
§ 4º A eleição dar-se-á pelo voto obrigatório e secreto dos membros do colegiado, por meio de sistema eletrônico de captação de votos disponibilizado pela Procuradoria Geral

de Justiça.

.....  
§ 7º O processo eleitoral será iniciado por convocação do Presidente, que marcará o período em que se dará a captação eletrônica de votos, que não poderá ser inferior a 48h (quarenta e oito horas).

§ 8º Para o cômputo do voto, o eleitor deverá finalizar a rotina de votação estabelecida no sistema, com a inserção do login e da senha específicos, até o horário para o encerramento da captação de votos.

§ 9º Havendo razões de natureza técnica, como a indisponibilidade do sistema ou da rede institucional de dados, por tempo considerado relevante durante o período de votação, a critério do Presidente, poderá ser prorrogado o horário de encerramento da eleição, cujos eleitores serão comunicados por mensagem eletrônica ou outro meio de ampla divulgação.

§ 10. Caso a indisponibilidade do sistema se verifique na última hora prevista para a votação, o Presidente deverá prorrogar o horário de encerramento da eleição por uma hora.” (NR)

“**Art. 32.** Encerrado o período de votação, o Presidente, em sessão pública, presencial ou virtual, emitirá o relatório de apuração de votos, anunciará o resultado e lavrará a respectiva ata.

Parágrafo único. A ata deverá ser encaminhada a todos os Procuradores de Justiça, acompanhada do relatório de apuração dos votos, o que marcará o fim do processo

eleitoral.” (NR)

**Art. 3º** Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Cuiabá-MT, 03 de outubro de 2024.

**DEOSDETE CRUZ JÚNIOR**

Procurador-Geral de Justiça  
Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça

**ROSANA MARRA**

Procuradora de Justiça  
Secretária do Colégio de Procuradores de Justiça